

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**

Faculdade de Medicina

Curso de Especialização em Saúde do Adolescente

Henrique Barbosa Diniz Silva

**Percursos de formação e atuação profissional de um técnico no Sistema  
Socioeducativo.**

Belo Horizonte

2022

Henrique Barbosa Diniz Silva

**Percursos de formação e atuação profissional de um técnico no Sistema Socioeducativo.**

Artigo de especialização apresentado à Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de especialista em Saúde do Adolescente.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Maria da Costa Silva Lopes

Belo Horizonte

2022

Silva, Henrique Barbosa Diniz.  
SI586p Percursos de formação e atuação profissional de um técnico no Sistema Socioeducativo [recursos eletrônicos]. / Henrique Barbosa Diniz Silva. - - Belo Horizonte: 2022.

38f.

Formato: PDF.

Requisitos do Sistema: Adobe Digital Editions.

Orientador (a): Ana Maria da Costa Silva Lopes.

Área de concentração: Socioeducação.

Monografia (Especialização): Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Medicina.

1. Adolescente. 2. Saúde Mental. 3. Capacitação Profissional. 4. Pessoal Técnico de Saúde. 5. Dissertações Acadêmicas. I. Lopes, Ana Maria da Costa Silva. II. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Medicina. III. Título.

NLM: W 18

Bibliotecário responsável: Fabian Rodrigo dos Santos CRB-6/2697



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE MEDICINA  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM SAÚDE DO ADOLESCENTE

**ATA DE DEFESA DE MONOGRAFIA / TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)**  
**ATA DA DEFESA DA MONOGRAFIA DO ALUNO HENRIQUE BARBOSA DINIZ SILVA**

Realizou-se, no dia 14 de dezembro de 2022, às 09:00 horas, Plataforma on-line, a defesa de monografia, intitulada *Percursos de formação e atuação profissional de um técnico no Sistema Socioeducativo*, apresentada por HENRIQUE BARBOSA DINIZ SILVA, número de registro 2019704492, graduado no curso de PSICOLOGIA, como requisito parcial para a obtenção do certificado de Especialista em SAÚDE DO ADOLESCENTE, à seguinte Comissão Examinadora: Prof(a). Ana Maria Costa da Silva Lopes - Orientador, Prof(a). Patricia Regina Guimaraes, Prof(a). Bianca Ferreira Rocha.

A Comissão considerou a monografia **APROVADA**.

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos membros da Comissão.

Belo Horizonte, 14 de dezembro de 2022.

Prof(a). Ana Maria Costa da Silva Lopes

Prof. Patricia Regina Guimaraes

Prof(a). Bianca Ferreira Rocha



Documento assinado eletronicamente por Ana Maria Costa da Silva Lopes, Professora do Magistério Superior, em 16/12/2022, às 15:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

[https://sei.ufmg.br/sei/controlador.php?acao=documento\\_imprimir\\_web&acao\\_origem=arvore\\_visualizar&id\\_documento=2114447&infra\\_sistema=10000100&infra\\_unidade\\_atual=110001072&infra\\_hash=56920c50...](https://sei.ufmg.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=2114447&infra_sistema=10000100&infra_unidade_atual=110001072&infra_hash=56920c50...) 1/2



Documento assinado eletronicamente por Patricia Regina Guimaraes, Médica, em 16/12/2022, às 21:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por Bianca Ferreira Rocha, Usuária Externa, em 19/12/2022, às 13:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufmg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador 1964693 e o código CRC 0EA254EA.

Este documento deve ser editado apenas pelo Orientador e deve ser assinado eletronicamente por todos os membros da banca.

Este trabalho é dedicado a todos os profissionais do Sistema Socioeducativo que trabalham incessantemente, com os recursos disponíveis para um trabalho de qualidade com os adolescentes em cumprimento de medida.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço em primeiro lugar a Deus, que proporciona diariamente a possibilidade de alcançar meus objetivos, por menores que sejam. À minha família, mãe, pai e irmã por serem sempre a base do meu crescimento e investimento. Por minha esposa que sempre me incentivou e incentiva no crescimento profissional e no aprendizado, dando-me forças através do amor e carinho. Por meus colegas de trabalho e todas as gestoras que me oportunizaram a flexibilização para a participação nesta trajetória de aprendizado.

Agradeço ainda pela oportunidade de ter feito parte do Projeto Janela da Escuta e de tantos outros espaços que contribuíram pelo meu crescimento profissional e acadêmico. À Profa. Dra. Ana Maria Lopes, à Profa. Dra. Cristiane de Freitas Cunha Grilo e à Profa. Dra. Patrícia Regina Guimarães que se fizeram presentes desde o início até o fim nesta trajetória da Especialização.

Por fim agradeço a oportunidade do trabalho com os adolescentes que são o motivo deste trabalho e minha principal fonte de dedicação.

## **RESUMO**

Visando desenvolver o tema proposto, opta-se por desenvolver de forma mais aprofundada, duas medidas socioeducativas: Internação e a Semiliberdade, além de descrever a relação das experiências no Programa de Extensão e Pesquisa Janela da Escuta da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais. Recorre-se as definições dessas medidas socioeducativas pelo ECA e SINASE articuladas ao percurso de formação profissional e acadêmica de um psicólogo, técnico do Sistema Socioeducativo.

Palavras-chave: sistema socioeducativo, psicologia, adolescente, estatuto da criança e adolescente, PNAISARI.

## **ABSTRACT**

Aiming to develop the proposed theme, it is decided to develop in a deeper way, two socio-educational measures: Internment and Semi-liberty, in addition to describing the relationship of experiences in the Extension and Research Program “Janela da Escuta” of the Faculty of Medicine of the Federal University of Minas Gerais. The definitions of these socio-educational measures by ECA and SINASE are used, linked to the professional and academic nurture course of a psychologist, technician of the Socio-Educational System.

Keywords: socio-educational system, psychology, adolescent, child and adolescent status, PNAISARI.

## **LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS**

ECA	- Estatuto da Criança e do Adolescente
CEIP	- Centro de Internação Provisória
PIA	- Plano Individual de Atendimento
CPC	- Centro de Prevenção à Criminalidade
SINASE	- Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2 METODOLOGIA .....</b>	<b>11</b>
<b>3 JUSTIFICATIVA .....</b>	<b>12</b>
<b>4 MOTIVAÇÃO PESSOAL .....</b>	<b>16</b>
<b>5 PERCURSOS NA INTERNAÇÃO .....</b>	<b>20</b>
<b>6 PERCURSOS NA SEMILIBERDADE .....</b>	<b>26</b>
<b>7 A EXPERIÊNCIA DO JANELA DA ESCUTA E A TESSITURA DE UMA REDE .....</b>	<b>32</b>
<b>8 LIMITE DA SOCIOEDUCAÇÃO E DESEJO DO SUJEITO.....</b>	<b>34</b>
<b>9 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>37</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>38</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho foi elaborado com o intuito de apresentar a trajetória e percurso de um psicólogo, abordando o processo de formação e atuação profissional enquanto técnico no Sistema Socioeducativo. Inicialmente entendeu-se como importante contextualizar quanto ao atendimento aos adolescentes no Sistema Socioeducativo, a partir de um curto estudo quanto às diferenças entre as medidas socioeducativas, quando são aplicadas, quais os efeitos para os adolescentes, localizando-as no ECA – Estatuto da Criança e Adolescente, para uma melhor compreensão da temática a ser apresentada.

A proposta de apresentar o percurso de formação e atuação de um profissional, perpassa pelo desejo deste em se vincular a determinada área, passando a ser seu objeto de estudo e fazendo com que sua atuação tenha sentido dentro de suas compreensões do sujeito e de como a psicologia, no caso deste profissional, pode contribuir para a atuação com adolescentes em conflito com a lei, trabalhando a responsabilização subjetiva e na garantia do acesso à saúde, dentre outros direitos inerentes. O trabalho, diante disso, apresenta o início da trajetória do profissional, não como estudante de psicologia, mas sim em seu contexto familiar, ainda na adolescência, quando é apresentado ao sistema socioeducativo a partir do trabalho de seu pai, que era educador social em um Centro Socioeducativo de Internação.

A partir daí, através de projetos sociais da instituição que possibilitavam aos adolescentes que não possuíam referência familiar, visitas esporádicas em datas festivas nas casas de educadores voluntários, foi possível para aquele, até então, adolescente em construção de sua própria maturidade, conviver com outros adolescentes que, posteriormente, soube, estavam em conflito com a lei e em cumprimento de medida socioeducativa. Estar em contato com este contexto ainda na adolescência, possibilitou certa abertura com a temática, trabalhando preconceitos, trazendo inúmeras vivências e, anos depois, a partir da oportunidade de estágio extracurricular na Faculdade de Psicologia em um Centro Socioeducativo de Internação, iniciou-se a trajetória que direcionaria uma área de atuação que vem se estendendo por mais de dez anos.

A partir deste relato inicial, contextualizando a motivação e desejo do profissional em inserir-se nesta área, apresenta-se o trabalho que pretende através da metodologia enquanto uma articulação clínico-teórica do percurso de formação e atuação profissional de um técnico no sistema socioeducativo, considerando a importância do percurso pessoal, fazendo-se uma revisão não sistemática com as diversas temáticas através da busca no google acadêmico e da leitura de artigos.

A trajetória profissional se inicia através de estágios extracurriculares no setor de escuta acadêmica da Faculdade de Medicina da UFMG, da vivência no Centro Socioeducativo de internação, como já citado, concluindo o período da graduação na atuação no Programa Fica Vivo, na prevenção de homicídios, até, por fim, o trabalho como técnico, já formado em psicologia, em uma Casa de Semiliberdade que é o local atual de atuação do profissional.

O trabalho, portanto, pretende aprofundar principalmente em duas destas áreas de atuação ou medidas socioeducativas, sendo elas a Internação e a Semiliberdade. Nestas, além de uma melhor compreensão quanto a atuação do psicólogo no Sistema Socioeducativo, faz-se uma articulação clínico-teórica a partir das vivências do profissional nas instituições, dos desafios no atendimento aos adolescentes e traz questionamentos quanto a dificuldades inerentes à prática profissional e da formação acadêmica.

Por fim, apresenta-se na trajetória de atuação na Casa de Semiliberdade, o acesso da instituição ao Projeto de Extensão Janela da Escuta da UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais, que inicialmente é acessado como parceiro da rede no atendimento aos adolescentes em cumprimento da medida e, posteriormente, faz parte do processo de formação acadêmica deste profissional, através da especialização em Saúde do Adolescente na UFMG. A partir daí, traz-se a importância da vivência no Ambulatório São Vicente para o profissional, tanto na articulação junto à rede, quanto como aluno da especialização, na oferta de atendimento clínico aos adolescentes e familiares enquanto psicólogo.

Assim, a partir de uma vinheta de caso, elucida-se a trajetória do profissional a partir de um caso, exemplificando a trajetória tanto como ator que compõe a tessitura de uma rede, como daquele que posteriormente atuou como psicólogo clínico, partindo-se da principal introdução que se vale ao início da especialização, em que o adolescente é o especialista de si mesmo.

## **2 METODOLOGIA**

Objetivo geral: Articulação clínico-teórica do percurso de formação e atuação profissional de um técnico no sistema socioeducativo considerando a importância do percurso pessoal.

Objetivos específicos: Revisão não sistemática do tema usando a busca no google acadêmico, últimos 5 anos, leitura dos resumos dos artigos. Utilizando como critério de exclusão: idade menor de 12 e maior de 21; e inclusão: semiliberdade e internação e idade

de maior de 12 anos e menor de 21 anos, textos de referência sobre o tema. Consulta aos documentos de referência como ECA e SINASE.

### **3 JUSTIFICATIVA**

O ECA – Estatuto da Criança e Adolescente prevê, para aqueles adolescentes que cometem um ato infracional, medidas socioeducativas que poderão ser aplicadas pela autoridade competente, conforme o Art. 112. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviço à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semiliberdade e internação em estabelecimento educacional.

Em consonância com essas diretrizes Costa (2006), dividiu a socioeducação em dois pontos, sendo um deles de caráter protetivo, que está elencado na vulnerabilidade das crianças e adolescentes dentro do contexto social vigente e o outro o do trabalho social e educativo que visa atender adolescentes em conflito com a lei.

Dentre as medidas citadas, destaca-se, aqui, as de meio fechado, sendo elas, a Internação que é privativa de liberdade e a Semiliberdade que é restritiva de liberdade, articuladas ao percurso de formação de um profissional como acadêmico/estagiário de psicologia em um Centro de Internação e posteriormente como psicólogo na equipe técnica da Semiliberdade. Além da atuação deste profissional em programas, como o Fica Vivo! que complementam o percurso, enquanto dispositivo componente da rede de proteção e promoção da participação/protagonismo de jovens e adolescentes através da prevenção à criminalidade.

Estas experiências aproximam-se do tema deste trabalho, por apresentarem ao sujeito, no caso, o adolescente autor de ato infracional em cumprimento de medida socioeducativa a privação total ou parcial de sua liberdade, além de propiciar, no caso do Programa Fica Vivo! recursos que possibilitem sua proteção, bem como o fortalecimento de sua participação e protagonismo nas comunidades em que estes jovens e adolescentes residem.

Destaca-se aqui a importância da integração de ações desde a prevenção da criminalidade até o processo de cumprimento da medida socioeducativa pela reinserção na comunidade e/ou território. Os adolescentes e jovens em suas comunidades, por vezes transitam apenas por aquele espaço, não conhecendo outros territórios das cidades onde vivem. O fortalecimento de ações nas comunidades, seja pela prevenção à criminalidade, ou por outros dispositivos, são frequentemente pontos importantes do enlaçamento

daquele adolescente em suas comunidades, porém, o percurso na criminalidade, vem por alcançar seu processo de vinculação, fazendo-o desviar-se de vínculos antes construídos.

Atividades de cultura, esporte e lazer, por exemplo, são ofertadas em grande parte das comunidades, e percebe-se que são até mesmo acessadas por estes adolescentes, porém em certo momento de suas trajetórias, quase sempre em um rompimento com sua trajetória escolar, a atuação na criminalidade ganha força. Estar atento a este período em que o adolescente ainda se vincula aos dispositivos de rede, ou que ainda apresenta desejo de vinculação nestes espaços, aliado a uma incessante intervenção no espaço escolar e familiar, pode contribuir para que não se prevaleça o desejo de atuação na criminalidade, bem como da não reincidência nesta atuação.

O adolescente que comete um ato infracional pode ser encaminhado para um Centro de Internação Provisório (CEIP), local onde aguardará a sentença e possível encaminhamento para um Centro de Internação ou Casa de Semiliberdade. Nestes espaços, os adolescentes tem o seu primeiro encontro com a privação de liberdade, sendo colocados em alojamentos que se assemelham às “celas” das instituições do sistema prisional. Nestes alojamentos compartilhados o adolescente passa a lidar com as suas angústias e a de outros que ali se encontram aguardando suas sentenças, audiências e demais atividades pontuais que permeiam a rotina destas instituições.

O período de restrição no CEIP é um ponto importante no estudo, pois é ali que, muitas das vezes, se iniciam as questões subjetivas mais relevantes relacionadas às angústias dos adolescentes com sua própria privação, além de se questionarem quanto a suas histórias de vida e terem profissionais que possibilitam o cuidado e a escuta as vezes ainda não oportunizada, sendo estes, técnicos de enfermagem, enfermeiros, dentistas, psicólogos, assistentes sociais, analistas jurídicos, pedagogos e até mesmo os agente socioeducativos, que mesmo que por vezes tenham o significante para o adolescente de agente da sua privação, são também os primeiros a escutá-los em suas demandas. São nestes encontros com estes profissionais que muitas queixas iniciais são apresentadas, sendo elas tanto relacionadas a questões clínicas superficiais quanto a distúrbios no sono e sintomas de ansiedade, por exemplo. Percebe-se ainda que, neste mesmo período de restrição, adolescentes acabam por apresentar ideações suicidas, automutilações, atos preparatórios e tentativas de autoextermínio.

As situações citadas relacionadas aos CEIP's, também são observadas nos Centros de Internação, bem como nas Casas de Semiliberdade. O que se repete nos espaços são o ambiente de privação e restrição de liberdade e a necessidade de se haver com questões que, por vezes, os adolescentes não foram confrontados anteriormente, seja de forma

subjetiva, ou até mesmo em suas relações sociais estabelecidas em suas famílias e comunidades.

Este estudo vem tentar compreender estes fenômenos que se apresentam intramuros, levando-se em consideração o percurso de um técnico com formação em psicologia nestas instituições, não apenas na resposta de porquê há situações que obviamente se esperam em ambientes de alto estresse e privação, mas sim de entender o processo em que muitas vezes os adolescentes banalizam a própria vida ao estabelecer um vínculo com o sistema e os fluxos, estigmas e até mesmo leis próprias e inerentes àquele ambiente, sendo muitas delas criadas pelos próprios adolescentes. Compreender estas dificuldades inerentes ao período de privação, possibilita questionar também a prática dos profissionais, que também são responsáveis por apresentar a estes adolescentes, oportunidades de construção e espaço de atendimento para trabalhar o processo de responsabilização subjetiva, fortalecendo assim o percurso deste adolescente no sistema socioeducativo e possibilitando a ele recursos para o afastamento com sua atuação na criminalidade, reposicionando-se e responsabilizando-se através de sua participação em atividades e articulações próprias para cada eixo que compõe a medida socioeducativa.-

Nesse sentido, o que se visa é possibilitar a construção de reflexões e questões para que os profissionais das instituições citadas possam continuar a construir junto aos adolescentes, meios que possibilitem saídas através de outros recursos, pois assim como o fazem nos CEIP's, Centros de Internação e Semiliberdade, o fazem na vida, de outras formas.

Na trajetória de formação dos diversos profissionais que compõem a execução das medidas socioeducativas, percebe-se que, não há um cuidado nas instituições de ensino de graduação das diversas áreas afins, em um maior aprofundamento em disciplinas que abordam o tema relacionado aos direitos humanos, ECA e outras leis de proteção para crianças e adolescentes. Os profissionais, muitas vezes, iniciam suas trajetórias no Sistema Socioeducativo, com ideias do senso comum, permeadas de preconceitos e idealizações que acabam por afastá-los da prática e das possíveis articulações que podem potencializar sua atuação nos diversos eixos. A medida socioeducativa tem como eixos, conforme garante o SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo), o “ato e trajetória infracional”, “família e relações sociais”, “escolarização”, “profissionalização”, “esporte, cultura e lazer” e “saúde, que podem ser trabalhados pelos diversos profissionais da equipe multidisciplinar. Estes eixos norteiam o PIA (Plano Individual de Atendimento), que é um recurso construído junto ao adolescente e sua

família sendo enviado para o judiciário com o prazo máximo de quarenta e cinco dias de medida e vem a descrever, analisar e apresentar metas e estratégias de ação na atuação junto àqueles adolescentes, nos diversos eixos citados.

O adolescente em conflito com a lei, tem uma trajetória singular, porém entende-se que na trajetória destes adolescentes, repete-se frequentemente a vulnerabilidade social, a evasão escolar, o rompimento de vínculos familiares e/ou abandonos e negligências. Repete-se o descuido do estado com ações próprias para a idade e o desenvolvimento da maturidade destes adolescentes, sejam relacionados à saúde, ou até mesmo, como já citado, de um espaço de escolarização que possibilite a eles o pertencimento e a compreensão das possibilidades da educação em suas trajetórias de vida.

Os profissionais da educação, socioeducação, saúde, e de diversos outros universos teóricos, necessitam compreender de forma mais analítica e abrangente, das possibilidades que podem intercorrer através de suas ações enquanto atores de rede. Por vezes, uma simples articulação de um profissional de saúde em uma Unidade Básica de Saúde com a rede Socioassistencial, poderá prevenir inúmeras ações de violência no ambiente doméstico, por exemplo. Por sua vez, estas articulações podem afetar diretamente ou indiretamente a vida das crianças e adolescentes, que poderão crescer em um ambiente seguro, com a oportunidade de acesso à cultura, educação e construções que contribuam em potencializar o seu desejo de pertencer a espaços que possibilitem seu crescimento enquanto cidadão de direitos e deveres e em contrapartida, os fortaleça no afastamento de situações que os façam compreender o trabalho no tráfico, por exemplo, como algo que os auxiliará na conquista de seus objetivos.

Estes profissionais citados anteriormente, enquanto atores sociais nos diversos dispositivos de rede, podem contribuir efetivamente, desde que estejam capacitados e orientados quanto às potências de suas articulações, compreendendo inclusive que a ausência de suas ações, podem contribuir no aumento da criminalidade, desigualdade, sendo assim responsáveis diretos neste Sistema que deve ser educativo e com ações sociais desde a infância destes adolescentes.

Nessa perspectiva, esse estudo tem relevância para a melhoria da prevenção e da assistência ao adolescente em conflito com a Lei. Ressalta-se a relevância do tema considerando a importância da formação profissional que, tal como aqui, se visa demonstrar, passa também, de forma particular, pelo percurso pessoal e de formação acadêmica e extracurricular de cada profissional.

## 4 MOTIVAÇÃO PESSOAL

Minha primeira experiência profissional relacionada à Psicologia, através de estágio extracurricular, foi na Assessoria de Escuta Acadêmica no Centro de Graduação da Faculdade de Medicina da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais). Este setor tem como intuito possibilitar um espaço de escuta qualificada para a comunidade acadêmica, trabalhando as questões subjetivas relacionadas a questões administrativas ou de dificuldades de relação entre estudantes, professores e outros servidores da universidade.

A Assessoria de Escuta acadêmica foi criada com o objetivo de acolher as demandas dos estudantes junto ao colegiado do curso de Medicina, entendendo-se que a partir de queixas acadêmicas, era possível acolher também sofrimentos pessoais daqueles alunos. Diante disso, percebeu-se a necessidade de um profissional com escuta diferenciada que pudesse acolher suas excepcionalidades, insatisfações, crises de angústia e que acabavam por serem, por vezes, negligenciados por circunstâncias do sistema educacional. Há ainda a ideia da importância do atendimento singularizado, não apenas para o aluno, mas também para a instituição. Diante disso, houve a proposta do atendimento realizado por profissional de saúde mental – psicologia, no intuito de acolher uma queixa inicialmente administrativa, que era permeada por angústias e questões de sofrimento do indivíduo, sendo manejado pelo profissional que acolhia o sujeito dentro de sua singularidade. Entendendo-se ainda que, o sujeito não buscava o atendimento com intuito terapêutico e por isso era necessário o manejo e uso de estratégias específicas para direcionar o atendimento a partir da queixa inicial trazida pelo sujeito acolhido. (RIBEIRO, 2014)

Nessa perspectiva, o espaço da Escuta Acadêmica me permitiu a possibilidade de entender como possível acolher uma demanda institucional de forma singular através da escuta, trazendo uma melhor compreensão da importância da escuta qualificada no manejo de questões que inicialmente podem ser percebidas como superficiais em um sistema ou serviço, mas quase sempre estão permeadas de questões singulares e do sofrimento de cada indivíduo. Ingressei em um segundo estágio extracurricular no Sistema Socioeducativo de Minas Gerais, mais especificamente em um Centro Socioeducativo de Internação, conhecido anteriormente como CEAD (Centro de Atendimento ao Adolescente).

O processo de escolha para seguir nesta oportunidade de estágio, foi a partir de diálogo com a diretora do Centro Socioeducativo e da supervisora de estágio na Escuta

acadêmica que compreendi que a continuidade em outro campo de estágio, poderia ser importante para a minha formação. Diante disso, optei por passar pelo processo seletivo junto a uma unidade socioeducativa, e iniciei minhas atividades em março de 2011. Foi assim que iniciei minha trajetória no Sistema Socioeducativo de Minas Gerais, onde estou até hoje.

Minha relação com o Sistema Socioeducativo iniciou ainda na adolescência. Meu pai foi Educador Social na mesma instituição no período da minha adolescência. Nesta época, o Sistema Socioeducativo era no formato de Cogestão entre o Estado e uma instituição de ensino de orientação religiosa. A partir desta experiência próxima a mim, pude conhecer algumas particularidades do trabalho pela ótica dos profissionais que atuam junto aos adolescentes durante todo o dia, que hoje são denominados Socioeducadores, como também Agentes Socioeducativos.

Tive contato ainda com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. O Centro Socioeducativo em que atuei é uma unidade que atende o público com a faixa etária entre os doze e quinze anos. Faixa etária que eu tinha na época em que meu pai trabalhou na unidade. Meu pai tinha um perfil de trabalho que possibilitava a ele uma aproximação com os adolescentes e estabelecia uma relação de confiança. Ocorreu que, em situações de festividades de natal, quando os adolescentes tinham a possibilidade de ter as saídas para o convívio familiar, alguns adolescentes que não tinham uma referência familiar, ou que estivessem com certa fragilidade que não possibilitasse este encontro com suas famílias, alguns Educadores Sociais se disponibilizavam para que estes adolescentes passassem o dia, ou o final de semana junto à família dos próprios Educadores Sociais. Diante disso, tive a oportunidade de convivência com dois adolescentes nestas situações. E foi neste momento que conheci o público que futuramente viria a atender e acompanhar.

Um desses adolescentes, vivia em extrema vulnerabilidade social, com histórico de vida nas ruas. No Natal daquele ano, este adolescente participou junto à nossa família em cidade próxima. Lembro-me dele sempre atento a tudo, e em certo momento da curta viagem, perguntei a ele como seria no caso de uma rebelião, o que aconteceria. Ele então de forma direta disse para eu não me preocupar com isso, pois caso acontecesse, meu pai não seria afetado, dizendo “seu pai é nosso, não acontece nada com ele”. Aquela fala me afetou, não apenas por compreender que meu pai estaria em segurança, segundo a fala do próprio adolescente que se entendia como garantidor desta segurança, mas por já me fazer refletir quanto as relações destes adolescentes nestas instituições. Achei intrigante o

instinto de proteção em contrapartida ao perfil, que a princípio seria de um adolescente autor de ato infracional.

Em outro dia desta passagem do adolescente por nossa casa, ficamos durante o dia conversando, e eu o incluí em minha rotina naquele dia, lembro que ele tinha muitas perguntas e eu tentava acolher todas elas com certa limitação, própria da minha idade, mas confiante na incumbência que meu pai havia me dado, compreendendo que eu teria a maturidade para lidar com tal situação. Ele quis andar de bicicleta, e assim emprestei uma bicicleta para ele e fomos andar pelas ruas do bairro onde cresci e resido até hoje. Lembro que este adolescente, que estava privado de liberdade há algum tempo, estava maravilhado com seus momentos em liberdade, e eu tive que fazer diversas intervenções para que ele fosse mais prudente na condução da bicicleta. Por diversos momentos fiquei com receio de que ele pudesse sofrer um acidente. Ele respeitava minhas intervenções, apesar de termos a mesma idade à época.

Em certo momento de nossa saída de bicicleta, passamos próximo a um sacolão e o adolescente me perguntou se podíamos roubar uma maçã. Naquele momento disse a ele que não havia a necessidade, pois na minha casa tinha maçã e ele poderia comer lá, e ele prontamente atendeu minha proposta. Algo simples, mas que nos faz refletir, e mesmo em minha adolescência esta vivência me afetou, talvez a ponto de que alguns anos depois eu decidisse ter minha experiência de estágio no mesmo local em que este adolescente cumpriu uma medida de internação.

Estas experiências na adolescência contribuíram para que eu decidisse atuar no Sistema Socioeducativo, além dos aprofundamentos possibilitados pelo espaço acadêmico, complementando assim as reflexões quanto à necessidade de um trabalho de qualidade junto aos adolescentes em vulnerabilidade social e de como eu poderia me inserir neste campo, sendo uma experiência de aprendizado diferente de tantas outras apresentadas no período da Faculdade de Psicologia. Após essa experiência curricular com o sistema socioeducativo, já estava no último ano de graduação e com uma clareza de escolha para atuar profissionalmente nesse campo.

Então, em meu terceiro estágio extracurricular, optei pela Prevenção à criminalidade, mais especificamente no Programa “Fica Vivo!”. Portanto, já em setembro de 2012, iniciei mais uma experiência no Centro de Prevenção à criminalidade (CPC). Desta forma, em meu último ano de faculdade tive a oportunidade de atuar através do estágio no Programa “Fica Vivo!” Foi pouco mais de um ano de atuação no Programa, sendo possível vivenciar as diversas formas de intervenção com os adolescentes e jovens na comunidade e em suas áreas de envolvimento com a criminalidade, através do

acompanhamento em oficinas de cultura e esporte, além do trabalho junto aos “oficineiros”, pessoas residentes na comunidade e com histórias de vida e vivências que contribuíram muito em minha formação profissional.

Através desta vivência no programa, foi possível como já relatado, experienciar junto aos adolescentes e jovens em seus territórios, através de uma nova perspectiva, a da liberdade e das inúmeras intervenções possíveis. Neste ano de atuação no programa ocorreram diversas ações como as olimpíadas do Fica Vivo, e também ações culturais e esportivas nas comunidades que possibilitaram uma rica vivência junto aos jovens nas cenas de atuação em suas comunidades, onde as ofertas do programa se esbarravam com as ofertas do tráfico, possibilitando ações que valorizavam a vida daqueles adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade.

Após a conclusão da graduação em Psicologia, o Sistema Socioeducativo já era uma das minhas primeiras escolhas de atuação profissional. Diante disso, tive a primeira oportunidade de atuação no Sistema Socioeducativo em uma Casa de Semiliberdade. Apesar da minha experiência no Centro Socioeducativo de Internação, meu conhecimento da Semiliberdade era pouco, mas sabia que poderia ser um diversificado caminho de aprendizado.

Participei do processo seletivo, porém a Casa de Semiliberdade que viria a ser meu campo de trabalho, foi incendiada devido a represálias de moradores da região onde ela seria inaugurada. Desta forma, minha contratação sofreu um atraso longo e cogitei trabalhar na Assistência Social, tendo inclusive feito processo seletivo para atuar no Vale do Jequitinhonha.

Porém, meu desejo de atuação no Sistema Socioeducativo era uma prioridade e a partir de alguns contatos com a Organização não governamental (ONG), que seria a gestora da Casa onde eu viria a trabalhar, percebi que eu teria a possibilidade breve, mesmo que incerta de iniciar na Casa de Semiliberdade.

No início de setembro de 2014, iniciei minha trajetória na Casa de Semiliberdade, onde atuei até setembro de 2018. Desde então venho atuando em outra Casa de Semiliberdade em outra região de Belo Horizonte.-

Após oito anos de atuação na Semiliberdade, como psicólogo e referência técnica de saúde da unidade, pude acolher inúmeros adolescentes e jovens e a partir desta vivência, compreendo que, minha trajetória de aprendizado, vem me possibilitando muitos momentos de reflexão quanto às trajetórias de vida destes adolescentes e, apesar do meu foco ser o acompanhamento do eixo Saúde, os adolescentes trazem diversas questões subjetivas que contribuem para possibilitar, nos atendimentos e nas

intervenções, quanto à responsabilização subjetiva do adolescente e estratégias de fortalecimento da autonomia, através da inserção em cursos profissionalizantes, no mercado de trabalho, e as diversas possibilidades de atuação, dentre os eixos que compõem a medida socioeducativa, que serão melhor trabalhados mais à frente.

Desde o meu primeiro contato com um adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, até o momento atual, venho em uma trajetória em que a percepção quanto aos impasses e dificuldades traz cada vez mais a necessidade de um questionamento e reflexão quanto à prática, e a partir disso, busquei a especialização em Saúde do Adolescente como um espaço em que poderia, além de aprofundar em meu aprendizado, questionar e dialogar quanto à prática de trabalho, a partir da atuação com os próprios adolescentes, que são, como diversas vezes foi descrito em meu período de aprendizado no Janela da Escuta, especialistas de si mesmos.

## **5 PERCURSOS NA INTERNAÇÃO**

Neste capítulo será relatado o percurso de um estagiário e sua trajetória de aprendizagem/campo de atuação em um Centro Socioeducativo de Internação. Este percurso iniciou através de estágio extracurricular, porém, já foi possível acompanhar os adolescentes em cumprimento de medida, através de atendimentos, oferta de atividades em grupo, reuniões estratégicas e relatórios de avaliação de medida ao judiciário, mesmo que sob supervisão de um profissional da psicologia. A atuação ativa junto aos diversos eixos que compõem a medida socioeducativa, possibilitou uma visão abrangente da função da medida para aquele adolescente em conflito com a lei que se encontrava privado de liberdade.

A primeira experiência em uma equipe multidisciplinar, veio a valorizar a percepção de como se dá o acompanhamento daquele adolescente, a partir ainda de articulações com a rede socioassistencial, de saúde, além de atendimentos às famílias que vinham a trazer ainda mais questões para os casos acompanhados. A partir daí, foi possível perceber as diversas violações de direito e o contexto de vulnerabilidade social que acerca a vida dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas. Estas experiências, reforçaram a necessidade do questionamento quanto à necessidade de constantes intervenções, tanto no âmbito singular, quanto na coletividade, para uma atuação que possibilita a responsabilização dos adolescentes em conflito com a lei, e também fortalece as articulações junto à rede que tem o intuito de proteger e também possibilitar estratégias de oferta para os adolescentes através da escolarização e profissionalização, ambos eixos importantes da medida socioeducativa.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), através da Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990, sinaliza quanto aos direitos e deveres das crianças e adolescentes. No capítulo IV, que se trata das medidas socioeducativas, tem-se o art. 112 que aponta no inciso VI a “internação em estabelecimento educacional” como medida a ser aplicada ao adolescente que cometeu um ato infracional. O Estatuto dispõe ainda, no art. 121. “A internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.”

Segundo o Art. 122 do Estatuto da criança e do adolescente, a medida de internação só poderá ser aplicada quando: I – Tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa; II – por reiteração no cometimento de outras infrações graves; III – por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta. (BRASIL, 1990).

Diante disso, entende-se que, os adolescentes que estão em cumprimento de uma medida de Internação, têm um histórico de atuação mais intenso e por vezes relacionado a algum ato de violência, seja a ele próprio e/ou com outros. No percurso na Internação, foi possível acolher diversos casos, relacionados a extensas trajetórias em roubos, atuações no tráfico, homicídios, bem como estupros. Foi possível ter contato com adolescentes que, mesmo em pouca idade, cometeram atos infracionais, análogos a crimes, que são considerados extremamente gravosos para o senso comum.

De fato, são atos infracionais graves, e necessitam de um espaço pedagógico para trabalhar a reflexão e a responsabilização, e cabe ressaltar que, a medida socioeducativa é aplicada para pessoas em um estágio peculiar de desenvolvimento físico e da maturidade e por isso mesmo, necessita-se de um acompanhamento diferenciado, valendo-se do ECA, bem como de outros recursos que possam assegurar a proteção de seus direitos, mas que valha também de seus deveres. Nesta trajetória de experiência na internação, tendo ocorrido aproximadamente há dez anos atrás, foi possível perceber a importância de se trabalhar junto aos adolescentes, as estratégias quanto aos seus retornos aos territórios em que eles residiam. Alguns adolescentes ficavam até dois anos privados de liberdade, sem contato com suas comunidades, devido a questões próprias de cada caso, e as probabilidades de reincidências eram altas, como se via acontecer.

A partir disso, cada vez mais percebeu-se a necessidade de uma atuação e avaliação relacionada ao intramuro, mas que fosse articulada às estratégias externas, seja na participação de projetos, cursos profissionalizantes e até mesmo nas construções junto à família de visitas pontuais para reforçar as construções que vinham sendo realizadas.

A atuação do psicólogo no Centro de Internação, tem foco no atendimento aos adolescentes para trabalhar questões relacionadas à medida socioeducativa. Não tem o intuito de ser clínico, conforme trata a metodologia, mas sim vem possibilitar um espaço de escuta, em que a partir da verbalização, o adolescente possa trabalhar sua responsabilização subjetiva e construir estratégias para sua medida socioeducativa. O fato da metodologia apontar o afastamento do atendimento do viés clínico, não impede a clínica aplicada enquanto teoria que norteia o trabalho no atendimento, auxiliando nos manejos e construções junto aos adolescentes e, entendendo-se que o adolescente que está aberto ao atendimento e traz angústias, desejos e questões subjetivas, o atendimento acaba por ser também terapêutico, mesmo que não seja este o foco. Cabe ainda ao psicólogo, identificar a necessidade de articulações para os adolescentes na rede de saúde mental, bem como acompanhar o andamento daquela articulação com a rede parceira. Lacan (1998) reforça-se a relação entre sujeitos, em que se coloca uma dependência do sujeito à transferência, e não a ideação em determiná-la, sugere, portanto, a valorização da relação humana, sendo o encontro um complemento ao que o sujeito se apresenta. Este encontro humano revela também nos atendimentos do sistema socioeducativo, um reforço à metodologia que limita, instaurando na transferência, construções e na presença do profissional que o escuta, o diálogo para estas construções para além da medida.

Nos atendimentos, muitos questionamentos dos adolescentes eram apresentados ali, nos atendimentos com a psicologia, assim como com os demais técnicos, porém a psicologia se valia de seus recursos teóricos para manejar tais intenções apresentadas pelos adolescentes, vindo a possibilitar reflexões positivas e que por vezes traziam luz às estratégias do caso. Mesmo que houvesse, por vezes, a resistência ao atendimento, o fato deste ocorrer a partir de um período curto de liberdade, já que aquele adolescente era trazido de seu alojamento, ficando ele assim cada vez mais aberto àquele momento, e a partir da transferência que se construía, outras estratégias se lançavam.

O dia a dia de uma internação, nem sempre previa, pelo menos à época, um atendimento em sala específica para tal. Houve casos em que o atendimento se fez necessário no próprio alojamento. O adolescente, que estava com dificuldades com a privação e diante de diversas questões inerentes a sua vida, conversava com o técnico enquanto dobrava seus papéis que viriam a ser uma escultura de um pato. Em meio às dobraduras e palavras, emergia o cuidado e atenção. Tanto do estagiário de psicologia para com o adolescente, quanto do adolescente para com o estagiário de psicologia, que abria hipoteticamente as portas de seu alojamento, ou seja, o adolescente se abria do ponto de vista subjetivo e oferecia um espaço para que o profissional pudesse estabelecer um

encontro. Talvez ali se verificasse uma maior confiança e pudesse se estabelecer outros meios de acesso, ou fosse apenas um momento de troca e aprendizado.

Como já descrito, nem sempre havia abertura por parte do adolescente para que ocorresse o encontro, ou por vezes aquele encontro acontecia, pelo simples fato do adolescente perceber uma oportunidade de sair de seu alojamento. Mais um momento para se utilizar do manejo, para que se entendesse as entrelinhas e subjetividades da demanda do adolescente para o encontro. O próprio adolescente se apresentava para aquele encontro anunciando que não havia uma demanda específica e apontando o porquê de estar ali, fosse apenas por alguns momentos fora do alojamento, ou por outra questão qualquer, fato era que a demanda era direcionada a determinado técnico, e a partir daí poderia se pensar junto ao adolescente estratégias para a medida socioeducativa, e ir além naquele encontro.

A presença do estagiário de psicologia na internação, permitiu um momento de báscula, uma janela da escuta, mesmo que seja na via de uma tentativa de ludibriar do ponto de vista normativo, mas é uma marca da subjetividade na tentativa de inscrever algo entre privação de liberdade e liberdade.

Por vezes, as dificuldades que são inerentes ao cumprimento de uma medida socioeducativa de internação, se sobrepunham às possibilidades de manejos e recursos, e a resistência se juntava às críticas aos profissionais, outros adolescentes em cumprimento de medida e a determinada regra ou ponto específico da instituição. As possibilidades de intervenção, assim, lançam-se a partir daquele encontro, quase nunca por um discurso positivo, algo que é próprio da realidade e do contexto, mas ainda assim era possível provocar no atendimento, a reflexão, entendendo-se que o psicólogo nesta instituição tem um papel importante quanto à responsabilização, mas principalmente com o cuidado do sujeito.

Diante das questões subjetivas apresentadas pelo adolescente, o psicólogo pode, a partir dos atendimentos com o adolescente e a família, identificar a necessidade da articulação com a rede de saúde mental. Entendendo-se que esta necessidade, como já descrito, é de responsabilidade principalmente deste profissional, acionar a rede, acompanhar o adolescente e munir os profissionais do serviço de saúde com as informações e relatórios que possam auxiliar no acolhimento do adolescente naquela instituição. O psicólogo acompanha ainda o andamento daquele tratamento de saúde, visando qualificar os encontros entre o adolescente e os profissionais, contribuindo no fortalecimento do vínculo do sujeito com o serviço de saúde mental.

É importante dizer, que, por vezes, nestes acompanhamentos externos, no extramuros, mesmo que com a presença de uma algea, o adolescente se abre ao diálogo e compartilha singularidades antes não apresentadas. Na espera para os atendimentos em instituições externas (assistência à saúde, oficinas, dentre outros), muitas vezes os adolescentes constroem um processo de transferência, que, antes, dentro da unidade socioeducativa, não era estabelecido. O adolescente passa a perceber o profissional que o acompanha e enxerga a humanidade em suas ações, possibilitando assim várias intervenções, até mesmo quanto à sua responsabilização.

Devido ter chegado o prazo máximo possível para permanecer no estágio extracurricular no Centro de Internação, foi necessário encerrar as atividades e assim houve a possibilidade de atuar no Programa Fica Vivo como estagiário, como já citado neste trabalho, encerrando assim a trajetória acadêmica por mais um ano nesta rica experiência em uma política de prevenção.

Após finalizar a graduação em Psicologia, é importante dizer, houve a possibilidade de trabalhar em uma Casa de Semiliberdade, porém à época, o contexto que se era conhecido de quem atuava na internação, era de que a Semiliberdade não era um ambiente favorável para um trabalho construtivo. Diante disso, houve a negativa inicial, porém posteriormente, com informações de que vinha ocorrendo uma reformulação e um fortalecimento das práticas, condizendo com o que é proposto na lei e na metodologia do sistema socioeducativo, iniciou-se assim uma trajetória de atuação na Semiliberdade que vem, desde então, possibilitando um intenso aprendizado, algo que será melhor abordado no próximo capítulo.

A internação possibilitou, nesta trajetória de aprendizado, o encontro com sujeitos que são identificados inicialmente como aqueles que cometeram os atos infracionais mais gravosos, advindos de contextos de vulnerabilidade, e com intensas trajetórias infracionais, porém trouxe também o encontro com adolescentes que anseiam por aprendizado, mesmo advindos de tais contextos, em que a violência é naturalizada. Trouxe o encontro junto a adolescentes que desejam a vinculação com outras pessoas, mesmo que em suas trajetórias tenham sofrido rejeições e negligências.

Na rotina dentro de uma unidade socioeducativa, as pessoas se encontram e se esbarram em suas humanidades e até mesmo o profissional mais resistente e que se mostre indiferente, poderá se ver em uma intervenção em que sua ação, enquanto ator social, alcança a brecha que o adolescente dá para a ressignificação de seus atos, e quem sabe, para reconstruções simbólicas e profundas quanto a sua própria vida.

No próximo capítulo abordaremos a medida de Semiliberdade, sendo este o percurso de trabalho de forma cronológica realizada pelo técnico que relata estas experiências. A internação em estabelecimento educacional é de fato a medida mais gravosa a ser aplicada a um adolescente que comete um ato infracional. Já a medida de Semiliberdade, antecede a internação, sendo muitas vezes uma possibilidade de progressão de medida, passando o adolescente em cumprimento de internação, para uma medida de Semiliberdade devido seu bom comportamento e de sua evolução quanto à responsabilização, bem como nas construções realizadas por ele nos diversos eixos que compõe a medida.

Para o adolescente, além da progressão como porta de entrada para a Semiliberdade, há a possibilidade da aplicação desta medida para aqueles adolescentes que descumprem medidas menos gravosas, como a Liberdade Assistida e a Prestação de Serviços à Comunidade, ambas medidas em meio aberto, não sendo, porém, incomum a medida de Semiliberdade ser aplicada diretamente, sem antes o histórico de aplicação de medidas em meio aberto.

Diante disso, compreende-se que, a medida de Semiliberdade passa a ser, na maior parte das vezes, uma alternativa anterior à aplicação da internação, que é privativa de liberdade, possibilitando ao adolescente uma maior circulação em seu território e na cidade em que vive, ainda que com certa restrição.

Será aprofundado, portanto, na experiência do técnico em psicologia no ambiente de uma Casa de Semiliberdade que, apesar de oferecer maior possibilidade de circulação, vem também a possibilitar diversas situações de conflito do adolescente com a própria liberdade e a sua constante restrição, sendo está uma construção pedagógica relacionada à sua responsabilização e aos objetivos que ele próprio constrói com a equipe, sendo o psicólogo, parte deste processo de responsabilização, bem como das diversas articulações, seja no âmbito da saúde, como no auxílio em outros eixos que perpassam o desejo e as escolhas do adolescente que podem contribuir para que ele fique mais ou menos restrito, de acordo com seu constante e dinâmico desenvolvimento, tanto da sua maturidade e adolescência, quanto do cumprimento da medida de Semiliberdade.

## 6 PERCURSOS NA SEMILIBERDADE

A trajetória na Casa de Semiliberdade se iniciou com a ideia de que, o percurso na internação seria suficiente para contribuir de forma significativa nas ações enquanto técnico, com graduação em Psicologia, em uma unidade socioeducativa. Relatórios como o PIA (Plano Individual de Atendimento), bem como os relatórios de avaliação de medida, eram sim próximos do que se vê na internação, porém, a rotina da Semiliberdade, suas particularidades e desafios apontaram para algo inteiramente novo, sendo necessário um ponto e vírgula nas ações, para que houvesse um melhor aproveitamento do que aquela realidade poderia proporcionar, tanto para os profissionais envolvidos, quanto para os adolescentes que cumprem medida nesta instituição.

A medida socioeducativa de Semiliberdade está prevista no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), no art. 112, inciso V que a descreve como a possibilidade de “inserção em regime de Semiliberdade”, para aqueles adolescentes que cometeram um ato infracional. É aplicada assim, uma medida que se entende ser necessária em casos com certa gravidade, mas que ainda não se entende a necessidade de internação em estabelecimento educacional. A Semiliberdade está inserida no meio fechado, mas possibilita ao adolescente um contato maior com a “liberdade”, comparando-se à medida de internação. (Brasil, 1990)

A partir do Regimento Único da Semiliberdade, presente em todas as unidades de Minas Gerais, os técnicos avaliam o adolescente em seus primeiros oito dias na unidade. Neste período, são chamados os familiares para um primeiro encontro e assim inicia-se junto a eles, a construção do cumprimento da medida socioeducativa por parte do adolescente. Está aí a primeira grande diferença entre a Internação e a Semiliberdade: o tempo. Para os adolescentes que estão cumprindo uma internação, não há uma possibilidade real de saída externa inicialmente, já na Semiliberdade, desde o período do Centro de Internação Provisória, onde o adolescente aguarda sua sentença, já sabe que na Semiliberdade ele será liberado após oito dias.

Claro que as intervenções se iniciam e a liberação ocorre a partir de uma avaliação junto a ele e sua família, entendendo-se que não há riscos, tendo ele um local seguro para realizar suas visitas e estando com um bom comportamento naquele período, mas para o adolescente que inicia a medida de Semiliberdade pela primeira vez, os oito dias são sua primeira meta. A equipe, desta forma, se debruça no máximo de informações possíveis e em construções, intervenções, que possam contribuir na vinculação daquele adolescente à medida, já que, após o oitavo dia, estando ele apto à saída, ele terá seu primeiro contato com a liberdade, desde sua apreensão.

A evasão na Semiliberdade é alta, mas não é esta a questão principal. Evadir é parte do direito de ir e vir do adolescente garantido pela Constituição Brasileira e é exatamente as construções que se deslocam neste ir e vir na Semiliberdade que a torna uma medida difícil de ser cumprida, mas também é a medida que possibilita a aproximação do adolescente de sua comunidade de origem, enquanto ele tenta responsabilizar-se, retomando a trajetória na escolarização, construindo novas trajetórias na profissionalização e ocupando espaços na cidade onde vive, que antes, muitas das vezes, eram impensados por ele, através da participação em atividades de cultura, esporte e lazer, por exemplo.

Segundo Costa (2006), a função essencial da medida socioeducativa é o trabalho de retomada do adolescente para o convívio social. A abordagem social e psicológica, a escolarização, a profissionalização, as atividades culturais, esportivas e de lazer, o acesso à assistência religiosa e as diversas atividades construídas junto ao adolescente servem de base para o principal intuito relacionado à medida, que é o desenvolvimento de habilidades de convivência, consigo próprio e com a sociedade, em um trabalho de responsabilização subjetiva dentro do potencial de cada um, de forma tal que o viés infracional não seja uma alternativa deste processo.

Diante destas pontuações, destaca-se que, o adolescente, durante o cumprimento da medida de Semiliberdade, precisa lidar com sua responsabilização, traçar metas quanto aos eixos, por exemplo, de profissionalização, escolarização e ao mesmo tempo, lidar com o seu ir e vir, as saídas, visitas e articulações que o colocam como responsável principal no cumprimento de sua medida, fazendo-o compreender que, enquanto cidadão, ele tem direitos, e também deveres. As intervenções são constantes, visto que, tendo a Semiliberdade uma abertura para saídas diariamente para os adolescentes que já se encontram aptos, estes adolescentes trazem diversas demandas que devem ser qualificadas pelos profissionais que o acompanham.

Por vezes há uma demanda, por exemplo, de buscar um tênis em sua casa para comparecer a um curso, sendo esta demanda apresentada em uma segunda-feira, após o próprio adolescente ter retornado de sua casa na visita familiar do fim de semana, de onde poderia ter trazido tal tênis. Estas demandas são recorrentes, e a equipe precisa utilizar do manejo dentro do discurso do adolescente para que as saídas não sejam rasas, ou seja, que elas estejam vinculadas a algum eixo da medida, qualificando-a, seja relacionando-se à cultura, esporte e lazer ou a questões mais complexas de seu processo de escolarização e profissionalização, sempre valendo-se do desejo do adolescente para que aquela articulação tenha sentido.

Há adolescentes, por exemplo, que apresentam mais demandas no campo da saúde. Por vezes são poli queixosos, já que percebem que uma queixa de saúde, a primeiro momento, não pode ser negada. Diante destas queixas, que por vezes, percebe-se ser até mesmo uma simulação para se garantir uma saída, a equipe deve se valer, mais uma vez, das intervenções para melhor qualificá-las. Seja construindo com o adolescente outras formas de ocupar os equipamentos de saúde, fazendo-os compreender aquele serviço de saúde e o que ele oferece para ele, enquanto garantia de direitos, seja ressignificando com ele este lugar da queixa visando apenas uma saída, não tendo assim como motivador inicial, uma questão de saúde. Alguns adolescentes conseguem perceber as intervenções, e no atendimento, conseguem construir outras formas de articular estas saídas, por exemplo, através de demandas relacionadas à profissionalização, por exemplo, que naquele momento faça algum sentido para ele em sua trajetória.

O técnico com formação em psicologia, em algumas casas de Semiliberdade, é também a referência técnica de saúde daquela unidade. Diferente do Centro de Internação, a Casa de Semiliberdade não possui profissionais de enfermagem ou dentistas. Entende-se que o adolescente que cumpre medida em uma casa de Semiliberdade, deve ocupar o território daquela casa como um usuário de saúde comum, fazendo os atendimentos externamente e em alguns casos, até mesmo, sem que esteja acompanhado por um profissional.

A partir desta experiência como referência técnica de saúde na unidade, foi possível se construir fluxos importantes no acompanhamento dos adolescentes nos Centro de Saúde dos territórios das Casas de Semiliberdade. Já que naquele Centro de Saúde, a partir de certo momento, passa-se a haver a circulação de adolescentes em cumprimento de medida, algo novo para os profissionais, podendo ocorrer episódios de preconceito, resistência, havendo, portanto, a necessidade constante de diálogo da unidade socioeducativa com os profissionais destas unidades de saúde.

A partir do diálogo bem construído, e de uma maior compreensão de ambos os serviços quanto aos fluxos existentes, passa-se a ter uma rotina de cadastros, acolhimentos, atendimentos, imunização, testes rápidos e diversas outras possibilidades de acesso daquele adolescente no equipamento de saúde. Quanto o trabalho desenvolvido é realizado enquanto prevenção, a equipe e os adolescentes percebem o serviço de saúde, para além do espaço em que será uma simples oportunidade de saída da restrição da Semiliberdade, mas sim de construção de uma maior percepção quanto a própria responsabilidade quanto à promoção da saúde dos diversos atores envolvidos no processo.

Como técnico do gênero masculino, foi possível, por diversas vezes, acolher demandas que normalmente os adolescentes tinham receio de apresentar para técnicas do gênero feminino. Questões relacionadas à Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's), por exemplo, são apresentadas nas unidades socioeducativas masculinas para agentes, socioeducadores e técnicos, normalmente, do gênero masculino. A partir disso, entende-se que, alguns desses adolescentes, não tinham, antes do acautelamento, pessoas a quem eles confiavam a ponto de apresentar demandas, sintomas ou algum tipo de sofrimento. Alguns adolescentes já vinham com queixas mais graves de sintomas relacionados a alguma IST, que talvez pudesse ser tratada com mais assertividade no início daqueles sintomas. As vezes por falta de conhecimento, os adolescentes guardavam pra si, e na maioria das vezes, por resistência, receio ou medo.

Inúmeros casos de sífilis, por exemplo, foram identificados, atendidos, a partir da articulação do técnico de referência de saúde, e tratados por profissionais dos Centros de Saúde.

Muitos destes adolescentes, quando perguntados se acessam algum equipamento de saúde ao ficarem doentes, respondem que não vão ao médico. Que não acessam o Centro de Saúde de seus territórios. É interessante pensar, que a partir da rotina da Semiliberdade, até mesmo aquele adolescente que simula uma queixa para ter uma saída relacionada a saúde, acaba por acessar o serviço, e constrói sua própria promoção de saúde, sendo auxiliado pelos técnicos e demais profissionais envolvidos. Alguns, mais atentos, passam a compreender os fluxos da unidade de saúde. Passam a perceber os melhores horários de acesso de serviços que antes nem pensavam em ocupar.

O técnico referência de saúde, com formação em psicologia, principalmente, passa então a ser um mediador das demandas e queixas apresentadas pelos adolescentes.

Mas não são apenas articulações na atenção primária ou secundária que perpassam as experiências neste campo de trabalho. Existe ainda, as articulações relacionadas aos acompanhamentos de saúde mental. Estas articulações não diferem tanto das da internação, como já pontuadas neste trabalho, mas elas também estão diretamente relacionadas ao que é particular da medida de Semiliberdade. Do mesmo modo, muitas das vezes, um adolescente que entende nunca ter precisado se questionar quanto ao seu sofrimento psíquico, tendo sua percepção de não necessitar de um acompanhamento neste viés, passa a solicitar saídas para avaliação médica, nomeando a insônia, a ansiedade, ou até mesmo a depressão, como o seu sofrimento. A partir daí, até mesmo o atendimento clínico com um profissional da psicologia, passa a ser uma estratégia pensada pelo próprio adolescente, qualificando assim seu acompanhamento a partir da sua própria construção.

A rotina de uma Casa de Semiliberdade é dinâmica, com uma alta rotatividade. Diante disso, grupos se formam e se reconstróem a partir da entrada de novos adolescentes para cumprimento da medida. Alguns grupos são mais questionadores, impulsivos, outros mais mediadores e com maior abertura ao diálogo, fazendo com que a casa seja mais ou menos tranquila, com mais ou menos conflitos. A convivência em uma casa com a capacidade máxima para até vinte adolescentes, faz com que as intervenções individuais e coletivas sejam constantes. Toda a comunidade socioeducativa necessita se alinhar para que as intervenções tenham sentido e possam acessar os adolescentes em suas queixas, demandas e até mesmo ao infringir as regras da instituição. Percebe-se que uma maior rigidez, gera muitos conflitos, ao passo que uma permissividade com relação às normas se torna tão quão prejudicial no processo de responsabilização dos adolescentes.

O termo Comunidade Socioeducativa era muito utilizado há alguns anos e veio caindo em desuso, mas esclarece bem o que é uma unidade socioeducativa. Situações que podem parecer pequenas para algum ator que trabalha na instituição, pode causar grandes conflitos relacionados a algum adolescente. Uma fala relacionada a algum familiar, por exemplo, sendo mal interpretada, pode causar até mesmo uma rebelião em uma unidade.

Sabe-se que os adolescentes em cumprimento de medida, não reconhecem as regras e limites nestas instituições. Até mesmo e inclusive na atuação no tráfico, eles se deparam com diversas regras, e as consequências por infringirem tais regras são por vezes agressões físicas, a perda da moradia, de bens, ou até mesmo da própria vida. Esta lógica de um poder paralelo ao estado que se faz valer na percepção da ausência do estado.

Já nas instituições socioeducativas, há uma presença do estado no viés da privação da liberdade inicialmente. Até chegar na oportunização e garantia de direitos, por muitas vezes, a partir da apreensão e do percurso inicial da privação, muito se desconstrói na perspectiva do adolescente de que este seria um espaço em que ele poderá construir algo positivo para sua vida, fora do viés ilícito, que é até aquele momento seu meio para conseguir o que ele deseja.

Diante disso, ao serem admitidos nas Casas de Semiliberdade, os adolescentes estão, em muitos casos, com algum sofrimento psíquico. Alguns conseguem trazer em demandas e queixas, outros através da autolesão, algo mais incomum na Semiliberdade, mas muito comum em locais com maior privação de liberdade. A partir daí, como já descrito neste trabalho, necessita-se das articulações com a rede de Saúde Mental. Inicialmente vale-se da rede de saúde do município de Belo Horizonte, porém em alguns casos, devido as dificuldades inerentes da rede em construção, vale-se da rede complementar parceira para tais articulações.

A partir das tessituras da rede, o projeto de extensão Janela da Escuta da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), já em suas primeiras experiências com o sistema socioeducativo, foi um espaço rico de aprendizado, tendo à época um adolescente da Casa que participava deste projeto. Ele foi um dos primeiros adolescentes em conflito com a lei a ocupar o espaço do Janela da Escuta e após ele muitos outros viriam a partir de articulações potentes, ou das tessituras como o próprio projeto propõe. O atendimento ao adolescente, à sua família, sendo o acolhimento humanizado, a partir da ótica de que o adolescente é especialista de si mesmo, fez com que as perspectivas de como acolher, atender e perceber aqueles adolescentes fossem cada vez mais qualificadas. Horas de acompanhamento dos adolescentes em cumprimento de medida, possibilitaram trocas com os profissionais, podendo o profissional de psicologia da casa também contribuir com informações que eram novas para os profissionais do projeto, como a figura do agente socioeducativo e de tantas outras questões relacionadas ao sistema.

O Janela, como é comumente chamado, fez parte de um longo período de articulações dos profissionais do sistema socioeducativo e ainda é um potente parceiro, não apenas do sistema, mas da própria rede, que desde então vem sendo potencializada. Talvez por isso, em certo momento, as articulações possam diminuir, comparando-se ao início, mas percebe-se que esta diminuição não seria algo negativo, e sim um dos focos principais do projeto, o de potencializar as construções junto a uma rede que já existe e que deve ser tão potente quanto se espera de uma rede, não apenas de saúde mental, mas a rede socioassistencial, tão importante nas tessituras.

Toda essa experiência, fez com que a necessidade de absorver todo o conhecimento sob o viés de quem está no projeto Janela da Escuta, fosse quase inerente à prática que vinha sendo feita. Diante disso, fez-se necessário o ingresso como voluntário inicialmente no Janela e posteriormente como aluno da pós-graduação em Saúde do Adolescente na Universidade Federal de Minas Gerais.

O período de atuação no Janela da Escuta e a experiência de atendimento clínico aos adolescentes em conflito com a lei no espaço, alguns inclusive já atendidos na Semiliberdade, foram talvez umas das experiências mais ricas desde o ingresso na Faculdade de Psicologia. Sem contar os inúmeros pacientes de outros contextos de igual vulnerabilidade, porém, com outras questões subjetivas, ou até mesmo familiares que por vezes eram atendidos no espaço. Ali, os adolescentes em conflito com a lei percebiam o profissional de psicologia não como o técnico que acompanha a medida, mas como um psicólogo que o atende, trazendo por vezes questões profundas, abrindo uma janela simbólica em seu alojamento de grades e concreto.

## **7 A EXPERIÊNCIA DO JANELA DA ESCUTA E A TESSITURA DE UMA REDE**

A experiência inicial no Janela da Escuta, como já descrito neste trabalho, se deu através das articulações, enquanto parceiro da rede, despertando assim o interesse da participação direta no projeto. Houve a participação como voluntário e posteriormente como aluno da Especialização.

Passar a ocupar o espaço do Hospital das Clínicas enquanto aluno, tendo a experiência teórica apresentada às sextas-feiras pela manhã e posteriormente compor o agitado e dinâmico segundo andar do Ambulatório São Vicente, proporcionou um profundo aprendizado sobre a adolescência, partindo-se claro da premissa principal que apresenta sua própria profundidade e complexidade, quanto à construção de que o adolescente é especialista de si mesmo.

A importância deste olhar humano ao adolescente desde o acolhimento, em paralelo ao trabalho que já era à época realizado na Casa de Semiliberdade, sendo dada a importância àquele primeiro encontro com perguntas que fizessem aquele adolescente fazer parte do processo, a partir de seu desejo de estar ali e participar da construção de seu projeto terapêutico, assim como é feito no Sistema Socioeducativo na construção do Plano Individual de Atendimento (PIA), por exemplo.

A própria transdisciplinaridade que o projeto alcança, com diversos atores tecendo as redes, com potentes articulações, todos com o foco nos adolescentes que são acompanhados no projeto, fortalecendo esta rede que muitas vezes os privam do acesso a direitos fundamentais, não os acolhendo ou não demonstrando a eles que eles também são parte desta tessitura.

Há grande diferença de um acolhimento na Semiliberdade para um acolhimento no Janela da Escuta, mas ambos perpassam o olhar ao adolescente com a humanidade do encontro, fazendo-se assim que a fala seja parte do processo de cuidado e atenção e afastando-se do lugar de suposto saber, os sujeitos são apenas interlocutores, cada um com sua função, as vezes bem estabelecida, as vezes não, mas o que poderá potencializar este momento, é o comprometimento de ambos no processo.

Talvez pareça óbvio, mas para sistemas em que a rotina é repleta de regras, horários, normas, o engessamento é cada vez mais comum. Cada sujeito compreende uma norma a seu modo, e esta construção pode sim potencializar o processo de responsabilização de um adolescente em conflito com a lei, pelo simples fato dele ser considerado um jovem, um homem, no caso das casas voltadas para o gênero masculino.

O acolhimento no projeto Janela da Escuta, não difere, portanto, neste sentido, de como queixas relacionadas a uma diabetes, possam posteriormente acolher questões tão complexas quanto a conflitos em relações familiares, violações de direitos e outros desdobramentos que nem sempre um acolhimento em uma Unidade Básica de Saúde consegue alcançar, mas pode.

Acolher adolescentes em conflito com a lei no Janela da Escuta, trouxe novo olhar àqueles adolescentes. Mesmo o psicólogo que teve experiências importantes na Internação ou na Semiliberdade, com orientadores que tinham tal olhar humano para os adolescentes, quando presente na unidade, era um técnico do sistema socioeducativo e era assim que o adolescente conseguia percebê-lo. Já no acolhimento no Janela da Escuta, mesmo que o adolescente já conhecesse o psicólogo de suas passagens pela Semiliberdade, ele ia ali com um destino, o de transitar pela palavra e através daquele encontro, talvez potencializado por uma saída externa da unidade, em um vislumbre de liberdade, mas na compreensão de que os discursos trazidos afetavam-no, sentindo-se de fato bem, podendo fazê-lo ressignificar questões relacionadas a sua família ou a ele próprio, para além de uma medida que sabe-se, fará parte da sua vida por curto período, mas suas angústias, seus processos de perdas, rejeições, acompanhavam-no antes das medidas, e o acompanharão após sua passagem pelas medidas socioeducativas.

O atendimento clínico no Janela da Escuta a estes adolescentes em conflito com a lei, nem sempre podiam ocorrer por um período longo, já que os adolescentes eram desligados, muitas vezes eram articulados atendimentos próximos a seus territórios, visando sua continuidade, mas mesmo em poucos atendimentos percebia-se o significado que eles atribuíam ao encontro.

Muitas vezes, atos gravosos levavam aqueles adolescentes a um centro de internação, atos contra a vida de outras pessoas, e é preciso entender que alguns adolescentes, em alguns casos, assumem tais atos por temor à própria vida, ou para que possam garantir um status em determinado grupo. Perceber, por exemplo, um adolescente assumindo que não cometeu algo tão gravoso, após compreender como ele foi afetado em suas relações, na privação de sua liberdade, em agravamentos para sua própria saúde. Compreender que ele não assumiu isso para a justiça que ele considera falha, mas assumiu no cuidado que estes encontros proporcionam. As orientações feitas nos atendimentos, talvez possibilitassem uma revisão quanto à medida socioeducativa, mas suas dúvidas sobre o que poderia vir depois, o faziam se calar. Cumprir a medida e seguir em frente.

O atendimento a adolescentes em conflito com a lei, era em diversos momentos acolher questões relacionadas à dificuldade daquele adolescente em lidar com sua

privação de liberdade, com as relações naquela instituição, seja com outros adolescentes ou com profissionais. Mas em meio a tantas questões que traziam angústias, havia momentos de encontro também entre eles nos corredores, no projeto arte na espera, nos cafés. Era espaço para as famílias se encontrarem, e tecerem não apenas nas malhas ou colchas da arte na espera, mas também através da palavra e do cuidado.

## **8 LIMITE DA SOCIOEDUCAÇÃO E DESEJO DO SUJEITO**

Nos percursos entre a Internação, Semiliberdade e até mesmo na prevenção à criminalidade, diversos foram os casos acompanhados e inúmeras foram as articulações, porém cabem ressaltar aquelas realizadas junto ao Janela da Escuta, que além de terem especial destaque neste trabalho, foram e são norteadores para a forma como o profissional compreende esta tessitura da rede e os cuidados no atendimento ao adolescente.

Dos diversos casos, destaca-se um, que cumpria medida de Semiliberdade. Este adolescente, que nomearemos T., teve um percurso na Semiliberdade, sendo desligado e posteriormente pela medida de Internação, sendo também desligado. Filho de um professor de escola pública e de uma diarista, passa a fazer uso de drogas aos 12 anos, iniciando a atuação infracional com roubos já aos 13 anos. Iniciou então na prática de roubos em movimentada avenida de Belo Horizonte, porém em pouco tempo percebe os riscos da prática, apesar de perceber os ganhos desta. Quanto a isso disse “eu tava precisando de dinheiro. Fiquei na dúvida se ia ou não ia e resolvi ir. Aí eu vi que dava certo e comecei a roubar celular com os meninos” (sic). Quanto a práticas de roubos afirma que “roubar é ruim, vai que rouba mãe de vagabundo. Polícia não gosta de ladrão. Já me espancaram uma vez, aí tomei trauma de roubar” (sic). Percebendo a particularidade da prática de roubos, em que para ele acabava por ser mais “visado” (sic), passa a atuar no tráfico em região próxima à sua casa. Segundo ele conseguia alcançar valores entre R\$ 200,00 a R\$ 500,00 por dia.

O relato de T. é sempre perpassando à necessidade do dinheiro. Em atendimentos, logo foi possível perceber em suas tatuagens um cifrão e um diamante em sua mão. Ele conta que as tatuagens estão relacionadas ao grupo com o qual atuava, e que significavam “ostentação”, “ladrão”, “quem gosta de dinheiro”. Ainda assim, devido as consequências da atuação em roubos, tendo, segundo ele, apanhado para a polícia, T. relata ter se afastado desta prática à época.

Os pais de T. eram separados, e por isso ele morava com a mãe e o irmão mais novo, de outro relacionamento da mãe. A genitora de T. relata que não se casou, mas

manteve relação estável com o genitor de T. por certo período. O pai de T. era agressivo e a mãe sofria violência doméstica, segundo ela. A mãe entende que T. tem o comportamento parecido ao pai na adolescência, porém com a diferença que T. fazia uso de drogas. O genitor tinha uma postura autoritária e agressiva também com relação ao filho, porém era presente, tendo participado dos cuidados de T. A genitora relata que T. era agressivo com o irmão, acreditando ela que ele reproduzia com o irmão mais novo, as ações do pai com ele. Diante desta agressividade de T. para com o irmão, desde a infância, T. passou por atendimento psiquiátrico e psicológico, apresentando comportamento agitado e agressivo, mas não deu prosseguimento aos atendimentos.

O adolescente passou boa parte de sua infância com a família paterna, enquanto a mãe trabalhava e a partir de próprios relatos da genitora, ela aponta que já foi denunciada ao conselho tutelar por negligência, por ter deixado os filhos em casa sozinhos, ao sair para trabalhar.

A relação entre pai e filho piorou quando T. passa a atuar na criminalidade e diante disso o pai mostra-se ainda mais resistente, tendo um afastamento por parte do genitor.

A família muda-se da região onde residiam, visando um afastamento de T. da atuação no tráfico de drogas e a partir de sua admissão na Semiliberdade, o genitor passou a ser presente na medida, acompanhando o filho nas questões de saúde, profissionalização e escolarização.

Em certo período, devido queixas de ansiedade e uso prejudicial de drogas, T. iniciou novo acompanhamento, sendo ministrado à época determinado medicamento antipsicótico. No período da Semiliberdade, diante da demanda do adolescente por outro espaço de acompanhamento, e a partir de relatos da genitora do conhecimento da família do Janela da Escuta no Ambulatório São Vicente, realizou-se a articulação para início dos atendimentos.

T. foi atendido no Janela da Escuta no período em que estava na Casa de Semiliberdade até seu desligamento. Retoma o acompanhamento quando estava na Internação, demonstrando bastante vínculo com o projeto.

Nos atendimentos na Casa de Semiliberdade, o discurso da atuação na criminalidade devido à necessidade de dinheiro, foi sendo trabalhada a partir de um discurso do próprio adolescente de outras possibilidades de alcançar seu objetivo, sendo o trabalho e cursos profissionalizantes, fortalecedores em seu período de cumprimento da medida. T. demonstrava interesse pelo aprendizado, apesar de por vezes ser indisciplinado com relação às regras das instituições que ocupava.

Já no período de cumprimento da medida de internação, T. faz curso de barbeiro, demonstrando aptidão e interesse. Este relato de caso, demonstra que, ações iniciadas na Semiliberdade, como a retomada à escola, além da realização de alguns cursos profissionalizantes e do próprio acompanhamento de saúde realizado no projeto Janela da Escuta, contribuíram para que, no período da Internação, ele já pudesse, enquanto protagonista de sua história, optar por seguir com o ofício de barbeiro.

T., ao que foi acolhido pelas equipes que o acompanhavam, passou a trabalhar em uma Barbearia e a partir daí pôde alcançar seu objetivo de acesso ao dinheiro, porém com novas construções quanto ao trabalho lícito. T. passou a trabalhar em uma avenida movimentada, em uma Barbearia com alta circulação de pessoas. Importante salientar que esta avenida movimentada em que T. agora cortava cabelos, é a mesma avenida em que, no início de sua trajetória infracional, ele cometeu seu primeiro roubo.

SILVA LOPES e ROCHA (2022), ressaltam o valor da política de atendimento socioeducativo de Minas Gerais (2012) no que se propõe as ações voltadas ao âmbito do trabalho em saúde mental com os adolescentes. A partir do enfoque nas ações de promoção, práticas educativas e ações de assistência em saúde, aliadas à articulação da rede municipal e estadual em que se dá o acolhimento do sujeito a partir do trabalho também desenvolvido nas unidades socioeducativas, fortalecendo e possibilitando o direito fundamental do acesso do adolescente à saúde, com uma articulação territorializada e potente.

Há muitos outros relatos de adolescentes em cumprimento de medida que não alcançam os objetivos que T. alcançou, mas o acesso a direitos fundamentais, a espaços de escuta que oportunizam ao adolescente questionar suas próprias práticas. A execução de medidas socioeducativas, protetivas que em sua metodologia, também ofertam possibilidades ao adolescente de sequer circular pela cidade que reside, acessando espaços que antes não conhecia, ou que acreditava não ser para ele.

Estas ações possibilitam aos adolescentes em cumprimento de medida, e que ocupam diversos espaços, destacando-se aqui o Projeto de Extensão Janela da Escuta, a compreender outros meios de transitar por suas diversidades, afetos, receios, angústias, entendendo-se neste processo como principais atores sociais na tessitura que é tão complexa, mas tão singular.

## 9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste trabalho é o de apresentar o percurso de um profissional de psicologia no Sistema Socioeducativo, e acredita-se que este primeiro objetivo foi alcançado. Porém, os questionamentos levantados neste trabalho, permanecem quanto à defasagem na formação dos profissionais das diversas áreas que realizam o trabalho no Sistema Socioeducativo, sendo hoje, muito aquém em nossos ambientes da graduação e até mesmo da pós graduação, vindo a dificultar as construções no ambiente da socioeducação a partir de uma consequente defasagem técnica e teórica na prática. O socioeducativo é um campo rico de estudos e trabalhos e necessita de um olhar qualificado no âmbito sócio-político. Ainda que neste questionamento macro, os desafios se revelem difíceis, há a possibilidade de capacitações internamente, que ocorrem, porém ainda são escassas as discussões entre os profissionais, através de assembleias, cursos ou sequer rodas de conversa para dizer das práticas entre as unidades. Vários projetos se vinculam ao Sistema Socioeducativo, como o várias vezes citado “Janela da Escuta”, que além do atendimento aos adolescentes, também capacita os profissionais através do espaço sempre oportuno de aprendizado que se fez válido para este profissional e se faz válido para tantos outros, inclusive da equipe de segurança socioeducativa.

Tais questionamentos perpetuam a necessidade de estratégias concretas nas unidades. As medidas socioeducativas, mesmo que no meio fechado, estão cada vez mais caminhando para uma medida para o extramuros. A necessidade da privação da liberdade se opõe à necessidade do aprendizado, do acesso à cultura, saúde, dentre outros. Ainda que observemos a necessidade atual da privação, a força maior que se exerce é a de construções no diálogo entre equipes, adolescentes, gestores e faz-se indispensável a incessante tessitura da rede, como o livro citado do Projeto Janela da Escuta propõe e pode-se dizer que a rede são os adolescentes, jovens, profissionais, educadores, auxiliares de limpeza, cozinha, são os técnicos de enfermagem, professores. Estes e tantos outros formam a rede, em que percursos diversos se aliam e vem tecendo entre si encontros e novas possibilidades no trabalho pelo e com o adolescente, esteja ele em conflito com a lei, ou apenas traçando seu próprio caminho do desenvolvimento.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.069/90. São Paulo, Atlas, 1990.
- COSTA, Antônio Carlos Gomes da (coord. Técnica). **Controle do Delito Juvenil numa Sociedade Democrática. In: Por uma Política Nacional de Execução das Medidas Socioeducativas: conceitos e princípios norteadores**. Presidência da República. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006.
- LACAN, Jacques. "**Intervenção sobre a transferência**. Escritos." Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor (1998).
- MINAS GERAIS. **Política de Atendimento às Medidas Socioeducativas de Minas Gerais**. Secretaria de Defesa Social (SEDS). Belo Horizonte: 2012.
- RIBEIRO MGS. **Sufrimento psíquico entre estudantes de medicina da UFMG: uma contribuição da Assessoria de Escuta Acadêmica** [dissertação]. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Medicina; 2014.
- SILVA LOPES, Ana Maria Costa; ROCHA, Bianca Ferreira. **Janela da escuta: O adolescente especialista de si e a tessitura de uma rede sob medida. In: O Sistema socioeducativo e sua interface com a Saúde Mental**. [S. l.]: Editora Ufmg, 2022.